

A Educação desprezada

O Estado de S. Paulo se tem batido, praticamente desde que começou a ser editado, pela solução daquele que tem sido, ao longo do tempo, a partir do período colonial, o maior entrave ao desenvolvimento econômico e social deste país, concentrado em dificuldades decorrentes da falta de um sistema de educação que redima vastos contingentes da população dos estágios de ignorância em que remanesce, sem poder libertar-se dos grilhões do analfabetismo ou do semi-analfabetismo. A ocupação portuguesa jamais se notabilizou pela preocupação dos governantes com o ensino. Quando D. Pedro II deixou o Brasil, implantada a República, cerca de 90% do povo era composto de iletrados. A taxa em questão, autêntica chaga social de consequências drásticas e catastróficas, foi sendo reduzida — o que não impede que, ainda hoje, graças principalmente à explosão demográfica, o número absoluto dos que não sabem ler e escrever haja aumentado.

A educação é precaríssima em todos os níveis, desde o primário até o universitário, seja pela falta de escolas, seja pela evasão escolar, registrada em todo o primeiro ciclo, seja pelas deficiências dos estabelecimentos, públicos sobretudo, mas também particulares, seja, enfim, pelo espírito de comercialização que se generaliza e responde pelo fenômeno da distribuição de *canudos* a jovens que, concluindo cursos universitários, não estão habilitados ao exercício da profissão que deveria representar a oportunidade de esgotarem as potencialidades de sua vocação para enfrentar com êxito o ingresso no processo de produção.

Não há negar, entretanto, que na raiz dos percalços apontados se situa o grande mal da escassez de verbas para que o sistema seja reformulado, para que todas as crianças deste país tenham acesso aos cursos primários, para que se evite a evasão, para que o segundo ciclo, além de preparar para o seguinte, abranja sólida preparação especializada para a vida profissional, para que, enfim, a universidade tenha condições de cumprir as nobres tarefas que lhe são

assinadas. Pois bem, saiba o leitor que, depois de esforço ingente, empreendido durante muito tempo, a Constituição foi emendada para que se destinasse 13% da receita da União e 25% da receita de estados e municípios à Educação. Em outras palavras, à construção de salas de aula, à formação e à remuneração justa de professores, à compra de equipamentos — a tudo o que pudesse resgatá-la das falhas de que se ressente.

Não importa tanto constatar que a letra da lei não foi cumprida (como é que os estados, de pires na mão, correndo a Brasília os governadores que alegam gastar com funcionários mais do que se arrecada em cada unidade, nada havendo pois para investimento, podem comprometer aqueles 25% na destinação específica mencionada?) quanto dar conta de que a futura Constituição, recuando perigosamente, acabará por retirar de seu texto a chamada *emenda Calmon*, em nome de um tecnicismo jurídico-constitucional que reza ser prejudicial a vinculação de receitas a órgãos, funções ou despesas. Pelo menos é o que se depreende da leitura do artigo 297 do anteprojeto elaborado, com o que União, estados e municípios se liberarão de socorrer o ensino...

Que fazer? Crianças não votam. O voto, estendido aos analfabetos, não os comoveu a ponto de fazer com que acorressem em massa às repartições da Justiça Eleitoral para dispor de títulos de eleitor: foram poucos os que, a 15 de novembro último, compareceram às urnas. Cuidados com a Educação e empenho em aprimorá-la não conferem votos nas próximas eleições. Já se disse que político é quem se ocupa com as eleições que se avizinharam; e estadista é quem se preocupa com as futuras gerações. Ora, o País está cheio de políticos, porém escasseiam os estadistas, a ponto de se ter de procurar alguns, de lanterna na mão, a ver se se supre o vazio de lideranças em que se debate o Brasil — e ameaça levá-lo à crise cuja gravidade talvez não encontre paralelo em sua história, pois é política e é econô-

mica e, assim, se sujeita a desdobramentos temíveis no plano social.

Precisamente por não ter apelo e não render a candidatos bissextos os dividendos eleitorais de que carecem para renovar mandatos, no Executivo e no Legislativo, é que a Educação jaz onde sempre esteve, desprezada, ignorada até. Se na vigência da atual Constituição foi passada para trás, apesar de ter sido a *emenda Calmon* promulgada em 1983, qual será o futuro que lhe está reservado, se a Carta deste ano nada especificar no tocante a um mínimo de recursos com que se deverá ampará-la?

Há no Brasil aproximadamente 17 milhões de analfabetos, incontados milhões de semi-analfabetos e mais ou menos oito milhões de crianças em idade escolar mas fora da escola, além das que de lá escapam para, na maioria dos casos, fazer biscoates que signifiquem dinheiro a mais para o sustento da família. Como se poderão valorizar os quadros de trabalhadores e assalariados em geral ou ampliar a força de trabalho, no panorama sombrio que se traça neste comentário? A tradição deve ser rompida a fim de que se confira à Educação a importância magna que lhe deve ser reconhecida — ou os problemas brasileiros, quase todos desaguando nela, só se acentuarão.

É preciso lembrar que não se gasta com Educação: tudo o que se despende nesse setor é investimento, de resto de caráter altamente reprodutivo, pela soma de benefícios que se colhem da instrução, do saber, do conhecimento, da pesquisa, da técnica, da capacidade de produzir mais e melhor — e de partilhar com os outros o que se aprende. É bom que pensem nisso os constituintes reunidos em Brasília. Tantos entre eles se pretendem progressistas... O fato, porém, é que, se não atentarem para o prejuízo que causarão ao País, relegando a Educação a plano inferior, se terão comportado como reacionários — e não conseguirão impedir ou ocultar o julgamento da História, ou melhor, a condenação que ela irá proferir, irrecorrível.